

STJ00004130

Sumário

Prefácio da 1ª edição	xxxi
Prefácio da 2ª edição	xxxiii

Título I

Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	3
1.1. Conceito da palavra princípio.....	3
1.2. Devido processo legal.....	3
1.3. Verdade processual.....	6
1.4. Publicidade dos atos processuais	13
1.5. Contraditório	16
1.6. Imparcialidade do juiz.....	19
1.7. Presunção de inocência.....	24
1.8. Princípio do favor rei	34
1.9. Promotor Natural	35
1.10. Princípio da razoabilidade da duração do processo.....	42
Capítulo II – Sistemas Processuais.....	47
2. Noções Gerais.....	47
2.1. Sistema inquisitivo.....	47
2.2. Sistema acusatório.....	50
2.3. Sistema misto ou acusatório formal.....	52
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto.....	55
2.4.1. Sistema acusatório e o Decreto-lei nº 7.661/45 (vide nova Lei de Falências nº 11.101/05).....	56
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51).....	56
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95).....	57
2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96).....	58
2.4.5. Sistema acusatório e o Código de Processo Penal.....	58
Capítulo III – Inquérito Policial	69
3. Noções	69
3.1. Conceito	70
3.2. Natureza jurídica.....	73
3.2.1. Condenação com base no inquérito policial - Lei 11.690/08.....	75
3.2.2. Diligência investigatória determinada pelo juiz	77
3.2.3. Rejeição de parte da denúncia	78
3.2.4. Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade.....	86

3.3. Características	89
3.3.1. Inquisitorial	89
3.3.2. Formal	89
3.3.3. Sistemático	89
3.3.4. Unidirecional	90
3.3.5. Sigiloso	91
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público	94
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos)	98
3.5.A. Investigação Criminal na Lei de Drogas nº 11.343/2006 que revogou as Leis 6.368/76 e 10.409/2002	103
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências	139
3.6.1. Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial	140
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função	143
3.8. Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional	145
3.8.1. Busca pessoal e fundadas razões	146
3.8.2. condução coercitiva da testemunha no IP	147
3.8.3. busca e apreensão e consentimento do cônjuge	148
3.8.4. busca e apreensão domiciliar e o significado da expressão “dia”	150
3.8.5. busca e apreensão e a blitz em carros particulares	151
3.8.6. busca e apreensão domiciliar e cartas particulares	151
3.8.7. Busca e apreensão em escritório de advocacia: Lei 11.767/08	153
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica	156
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional	157
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado	160
3.11.A. Da Violência Doméstica – Lei 11.340/2006	164
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal	187
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural	190
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial	197
3.14. Desarquivamento do inquérito policial	201
Capítulo IV – ação Penal	211
4.1. Noções gerais	211
4.2. Fundamento do direito de ação	212
4.3. Natureza jurídica do direito de ação	212
4.4. Conceito e características do direito de ação	214
4.5. Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação	215
4.6. Ação penal pública	215
4.6.1. Princípios básicos	216
4.6.1.1. Obrigatoriedade – visão constitucional	216
4.6.1.2. Indivisibilidade	222



4.6.1.2.1. Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	226
4.6.1.3. Indisponibilidade.....	227
4.6.1.3.1. Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95.....	231
4.7. Ação penal de iniciativa privada.....	233
4.7.1. Noções gerais.....	233
4.7.1.A. O Novo Código Civil – Lei 10.406/02 – e as Normas Processuais Penais.....	241
4.7.2. Princípios básicos.....	249
4.7.2.1. Oportunidade ou conveniência.....	249
4.7.2.2. Disponibilidade.....	251
4.7.2.2.1. Do Perdão.....	251
4.7.2.2.2. Da Perempção.....	252
4.7.2.3. Indivisibilidade.....	252
4.7.2.4. Intranscendência.....	259
4.8. Ação penal de iniciativa privada personalíssima.....	259
4.9. Condições para o regular exercício do direito de ação.....	261
4.9.1. Legitimidade.....	262
4.9.2. Interesse de agir.....	263
4.9.3. Possibilidade jurídica.....	265
4.9.4. Justa causa.....	267
4.10. Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princípio do <i>nulla poena sine iudicium</i> – visão constitucional.....	268
4.11. Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95.....	276
4.12. Ação penal nos crimes contra os costumes.....	280
4.13. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.....	286
Capítulo V – Aditamento no Processo Penal.....	291
5. Aditamento no processo penal.....	291
5.1. Fundamento e princípios (verdade processual, obrigatoriedade, congruência e contraditório).....	291
5.2. Conceito.....	292
5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento).....	293
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo.....	295
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição.....	297
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia.....	298
5.7. Conseqüências processuais do aditamento à denúncia.....	300
Capítulo VI – Jurisdição.....	313
6. Noções.....	313
6.1. Princípios.....	314
6.1.1. <i>Ne procedat iudex ex officio</i>	314
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição.....	314
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição.....	315
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição.....	315
6.1.5. Juiz natural.....	316



6.1.6. Unidade da jurisdição	318
6.1.7. <i>Nulla poena sine iudicio</i>	318
6.2. Competência	319
6.2.1. Conceito.....	319
6.2.2. Natureza jurídica.....	319
6.3. A competência na Justiça Federal.....	320
6.4. A competência na Justiça Estadual	334
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida.....	339
6.4.2. Conexão e continência – Crimes eleitorais e os crimes comuns.....	339
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida	346
6.4.4. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função.....	347
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo – Lei nº 11.313, de 28 de junho de 2006.....	358
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função	363
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo ..	368
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação	390
6.4.9. Conexão e continência, e competência recursal	395
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção	396
6.4.11. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) – EC 45/04....	402
Capítulo VII – Teoria Geral da Prova	419
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova	419
7.1. Objeto da prova.....	419
7.2. Meios de prova.....	420
7.3. Classificação da prova.....	421
7.3.1. Objeto	421
7.3.1.1. Direta	422
7.3.1.2. Indireta	422
7.3.2. Quanto ao sujeito	423
7.3.2.1. Prova pessoal.....	423
7.3.2.2. Prova real	423
7.3.3. Quanto à forma	423
7.3.3.1. Testemunha.....	424
7.3.3.2. Documental.....	424
7.3.3.3. Por último, prova material.....	424
7.4. Natureza jurídica da prova	424
7.5. Princípios da prova	424
7.5.1. Princípio da comunhão da prova	424
7.5.2. Princípio da liberdade da prova.....	425
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos..	427
7.5.3.1. Prova ilícita, ilegítima e irregular.....	431

7.5.3.2. Prova ilícita por derivação	432
7.5.3.3. A reforma da Lei 11.690/08	436
7.5.3.4. Prova (i)lícita em favor do réu: Teorias	438
7.6. Da prova emprestada	445
7.6.1. Conceito.....	445
7.6.2. Requisitos	445
7.6.3. Questões controvertidas	447
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada	448
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença	449
7.8. Da prova indiciária	454
7.9. Do ônus da prova	455
7.9.1. Ônus da prova e o poder instrutório do juiz	460
7.9.2. Natureza jurídica do ônus da prova	461
7.10. Do procedimento probatório	461
7.11. Sistemas de avaliação das provas	464
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz.....	464
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada	467
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional	469
7.12. Natureza das normas que tratam das provas.....	471
Capítulo VIII – Processo e Procedimento.....	473
8. Processo: noções gerais e conceito.....	473
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase-contrato, da relação jurídica e do procedimento em contraditório).....	476
8.2. Pressupostos processuais.....	480
8.3. Procedimento e sua distinção de processo	481
8.4. Formas procedimentais.....	482
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade..	485
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia (D)	485
8.4.1.2. Resposta prévia à acusação (RPA) – art. 396-A do CPP	487
8.4.1.2.A. Do julgamento antecipado do caso penal:absolvição sumária – art. 397	488
8.4.1.3. Juízo de admissibilidade da acusação.....	493
8.4.1.3.1. Recebimento fundamentado da denúncia	493
8.4.1.3.2. Citação, intimação e requisição do preso.....	496
8.4.1.3.3. Princípio da identidade física do juiz no processo penal.....	496
8.4.1.4. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ: art. 400.....	500
8.4.1.4.1. Prova de acusação (PA)	501
8.4.1.4.2. Prova de defesa (PD).....	504
8.4.1.4.3. Esclarecimentos dos peritos às careações e ao reconhecimento de pessoas e coisas.....	505
8.4.1.4.3.1. Esclarecimento dos peritos	505
8.4.1.4.3.2. Assistente técnico na perícia	506



8.4.1.4.3.3. Acareação.....	507
8.4.1.4.3.4. Reconhecimento de pessoas e coisas.....	508
8.4.1.4.4. Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 usque 196 do CPP.....	509
8.4.1.4.4.A. Interrogatório por teleconferência (ou videoconferência).....	519
8.4.1.4.5. Diligências (D).....	523
8.4.1.4.6. Alegações finais orais (Afo).....	524
8.4.1.4.7. Sentença.....	525
8.4.1.4.7.1. Relatório.....	526
8.4.1.4.7.2. Motivação ou fundamentação.....	526
8.4.1.4.7.3. Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i>).....	527
8.4.2. Tribunal do Júri.....	527
8.4.2.A. Introdução histórica.....	527
8.4.2.B. Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único.....	554
8.4.2.C. Pronúncia com imputação genérica e conseqüente quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?.....	556
8.4.2.D. Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário.....	560
8.4.2.E. Pedido de absolvição pelo promotor de justiça e discordância do assistente de acusação. Pode o assistente de acusação sustentar a pronúncia em contradição com o pedido de absolvição do Ministério Público?.....	565
8.4.2.1. Pronúncia.....	570
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia.....	571
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?).....	575
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia).....	576
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos.....	577
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime.....	577
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos.....	581
8.4.2.2. Impronúncia.....	582
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia.....	585
8.4.2.2.2. Prazo.....	587
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia.....	587
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos.....	587
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis.....	589
8.4.2.3. Despronúncia.....	591
8.4.2.4. Desclassificação.....	592
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação.....	594
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória.....	594
8.4.2.5. Absolvição sumária.....	595
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária.....	596
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária.....	596
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária.....	596

8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos.....	599
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis.....	600
8.4.2.5.6. Absolvição sumária e a revogação do recurso de ofício – Lei 11.689/08.....	606
8.4.2.5.7. Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassi- ficação e absolvição sumária)	608
8.4.2.6. Libelo crime acusatório - revogado pela Lei 11.689/08.....	614
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório – revogada pela Lei 11.689/08.....	616
8.4.2.8. Quesitação no júri.....	617
8.4.2.9. Regulamentação dos debates pelo juiz	621
8.4.2.10. Uso de algemas em audiência	622
8.4.2.11. Dos debates em plenário	630
8.4.3. Rito sumário da Lei de Drogas nº 11.343/2006.....	631
8.4.3.1. Denúncia	632
8.4.3.2. defesa prévia.....	633
8.4.3.3. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	634
8.4.3.4. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ.....	642
8.4.3.5. Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova	644
8.4.4. Juizado Especial Criminal.....	644
8.4.5. Estatuto do Idoso – Aspectos processuais.....	646
8.4.5.1. Institutos despenalizadores	647
8.4.5.2. Novo conceito de infração penal de menor potencial ofen- sivo.....	647
8.4.5.3. Procedimento comum ordinário, comum sumário ou co- mum sumaríssimo? Lei 11.719/08.....	648
8.4.5.4. Quem é idoso para efeito do Estatuto?.....	649
8.4.5.5. Prescrição	651
8.4.5.6. Ação penal pública incondicionada.....	651
8.4.6. Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.....	652
Capítulo IX – Da Prisão Cautelar	657
9. Noções	657
9.1. Características	658
9.1.2. Pressupostos	661
9.2. Prisão em flagrante.....	662
9.2.1. Conceito de flagrante delito	663
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante	663
9.2.3. Espécies de flagrante delito	668
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de ini- ciativa privada	673
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais	675
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado	678
9.2.7. Flagrante esperado, diferido ou retardado	680



9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal	682
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato	684
9.2.10. Do procedimento do auto de prisão em flagrante – Lei nº 11.113/05	685
9.2.11. Da comunicação da prisão em flagrante à Defensoria Pública	688
9.3. Prisão preventiva <i>stricto sensu</i>	689
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva	690
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva	692
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva	695
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude	700
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais	701
9.3.6. Revogação da prisão preventiva	703
9.4. Prisão administrativa	703
9.5. Prisão preventiva na sentença penal condenatória recorrível – Lei 11.719/08	707
9.6. Prisão preventiva na decisão interlocutória mista não terminativa de pronúncia – Lei 11.689/08	709
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89	714
Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional	727
10. Noções gerais	727
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança	727
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos	743
10.3. Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória	746
Capítulo XI – Citação	751
11. Noções gerais e conceito	751
11.1. Natureza jurídica da citação	752
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	754
11.2.1. Requisitos da suspensão	754
11.2.2. Limite de tempo da suspensão	756
11.2.3. Incidência da norma	757
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão	759
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362): a citação com hora certa no processo penal	760
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital	762
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital	762
11.2.8. Defensor público e citação por edital	763
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo	763
Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades	765
12. Noções gerais e conceito de nulidade	765
12.1. Natureza jurídica da nulidade	768
12.2. Princípios processuais da nulidade	768
12.2.1. Prejuízo	768
12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade)	771

12.2.3. Interesse.....	772
12.2.4. Convalidação.....	772
12.3. Sistemas.....	773
12.3.1. Certeza legal.....	773
12.3.2. Instrumentalidade das formas.....	773
12.3.3. Misto.....	774
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção.....	774
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural.....	775
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos.....	777
13.1. Conceito.....	777
13.2. Fundamento.....	778
13.3. Natureza jurídica do recurso.....	778
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso.....	778
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	779
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão.....	779
13.4. Princípios gerais dos recursos.....	780
13.4.1. Taxatividade.....	780
13.4.2. Unirrecorribilidade.....	780
13.4.3. Fungibilidade.....	781
13.4.4. Voluntariedade.....	782
13.4.5. Conversão.....	784
13.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	784
13.6. A <i>reformatio in pejus indireta</i>	786
13.7. Efeitos dos recursos.....	794
13.7.1. Devolutivo.....	794
13.7.2. Suspensivo.....	799
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos.....	803
13.8. Os recursos e o direito intertemporal.....	805
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos.....	807
13.9.1. Conceito.....	807
13.9.2. Requisitos intrínsecos.....	810
13.9.2.1. Legitimidade.....	810
13.9.2.2. Interesse.....	818
13.9.3. Sucumbência e interesse.....	822
13.9.4. Requisitos extrínsecos.....	823
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal).....	823
13.9.4.2. Tempestividade.....	824
13.9.4.3. Regularidade formal.....	825
13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia).....	826
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de delibação).....	829
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes).....	829
13.11.1. Recurso em sentido estrito.....	829
13.11.2. Apelação.....	835

13.11.2.1. Acórdão condenatório recorrível e a interrupção da prescrição – Lei nº 11.596/2007	847
13.11.3. Protesto por novo júri	848
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade	864

Título II DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo I – Do Habeas Corpus	873
1.1. Conceito	873
1.2. Natureza jurídica	873
1.3. Espécies de habeas corpus: liberatório e preventivo	874
1.4. Objeto do habeas corpus	875
1.5. Legitimidade ativa	877
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema	879
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia	881
1.7.1. Juiz e competência	882
1.7.2. Promotor de justiça e competência	882
1.7.3. Delegado de polícia e competência	883
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular	884
1.9. <i>Habeas Corpus</i> e o direito líquido e certo	887
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito	890
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição	891
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP)	892
1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença	892
1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal	893
1.15. <i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho	899
1.16. <i>Habeas Corpus</i> e a notificação do advogado para sessão de julgamento e sustentação oral, se o requerer	901
Capítulo II – Revisão Criminal	905
2. Noções gerais	905
2.1. Conceito	906
2.2. Natureza jurídica	906
2.3. Objeto	908
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir	908
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	909
2.4.2. Legitimatío ad causam	909
2.4.3. Interesse processual	911
2.5. Formas de revisão criminal	911
2.6. Pressupostos legais	912
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal	912
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias	916



2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal	918
2.10. Efeitos da revisão criminal.....	919
2.10.1. Alterar a classificação da infração penal.....	919
2.10.2. Absolver o réu.....	920
2.10.3. Modificar a pena	921
2.10.4. Anular o processo	922
2.10.5. Proibição da reformatio <i>in pejus</i>	924
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira	924
Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal	927
3. Objetivos e Noções Gerais.....	927
3.1. Conceito	927
3.2. Natureza Jurídica	928
3.3. Objeto	929
3.4. Questões controvertidas	930
3.4.1. Identificação criminal.....	930
3.4.2. Recurso próprio previsto em lei.....	931
3.4.3. Prova contra si mesmo	933
3.4.4. Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente	936
3.4.5. Direito de sufrágio do preso provisório.....	936
3.4.6. Estrangeiro não residente no País.....	937
Nota Final do Autor à 1ª Edição	941
Referências Bibliográficas	943
Índice Remissivo.....	955